

## **REGIMENTO DO CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS**

### **Artigo 1º**

(Definição)

O Conselho Pedagógico, adiante designado por CP, é um órgão de gestão da ESCE/IPS que tem como finalidade contribuir para a qualidade pedagógica do ensino ministrado.

### **Artigo 2º**

(Composição)

1. O Conselho Pedagógico é constituído por 24 membros dos quais 7 professores ou equiparados a professor ou professores convidados em regime de tempo integral, 5 assistentes ou equiparados a assistente ou assistentes convidados e 12 estudantes.
2. Na composição do CP, deverá ser assegurada, sempre que possível, a existência de pelo menos um estudante de cada curso.
3. O Presidente do Conselho Pedagógico é eleito de entre os Professores ou Equiparados a Professor ou Professores Convidados, por todos os membros do Conselho, por maioria absoluta, em reunião expressamente convocada para o efeito.
4. O Presidente do Conselho Pedagógico nomeia livremente, para Vice -Presidente, um dos membros docentes do conselho, que o substitui nas suas faltas e impedimentos, e, para Secretário, um representante dos estudantes.
5. Caso não integre o Conselho Pedagógico, o Director participa, sem direito a voto, nas suas reuniões.
6. Podem ainda participar nas reuniões, sob convite do Presidente do Conselho Pedagógico, sem direito a voto, os Directores de Curso, o Presidente da Associação de Estudantes e outros elementos, desde que a sua participação seja considerada relevante.

### **Artigo 3º**

(Mandato)

O mandato do Conselho Pedagógico é de quatro anos para os docentes e de dois anos para os estudantes, podendo nos dois casos ser renovado.

O mandato do Presidente do Conselho Pedagógico é de quatro anos, não podendo os mandatos consecutivos exceder oito anos.

### **Artigo 4º**

(Suspensão do mandato)

Em caso de impossibilidade temporária de exercício do mandato, os membros do CP podem solicitar, por escrito, ao Presidente a suspensão temporária do mandato, devidamente justificada, procedendo-se de imediato à sua substituição provisória pelo membro suplente da lista a que pertencia, seguindo-se para tal a respectiva ordenação. A substituição cessará quando deixarem de se verificar os motivos invocados para a mesma.

### **Artigo 5º**

(Perda ou renúncia ao mandato)

1. Perdem o mandato os membros que:
  - 1.1. Sejam abrangidos por alguma incapacidade eleitoral prevista na Lei;
  - 1.2. Faltem a mais de duas reuniões consecutivas ou três intercaladas do Plenário, ou de eventuais Comissões Especializadas para que tenham sido eleitos, excepto se a Mesa aceitar os motivos invocados;
  - 1.3. Renunciem expressamente ao mandato, mediante declaração escrita.

### **Artigo 6º**

(Competência)

1. São competências do Conselho Pedagógico:
  - a) Elaborar e aprovar o seu regimento;
  - b) Pronunciar -se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;

- c) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da ESCE/IPS e a sua análise e divulgação;
- d) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, bem como a sua análise e divulgação;
- e) Apreçar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor ao Director as providências necessárias;
- f) Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- g) Pronunciar-se sobre o regime de prescrições;
- h) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
- i) Pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- j) Pronunciar-se sobre o calendário lectivo e os mapas de exames da ESCE/IPS;
- k) Incentivar actividades que viabilizem a articulação interdisciplinar;
- l) Promover a realização de novas experiências pedagógicas e propor acções tendentes à melhoria do ensino;
- m) Promover a eleição, de entre os membros estudantes, de um estudante para integrar o Conselho Académico do IPS;
- n) Dar parecer sobre a nomeação do Director de Curso;
- o) Aprovar a constituição de outras unidades de carácter pedagógico;
- p) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei ou pelos estatutos.

### **Artigo 7º**

(Competências do Presidente)

1. Compete especificamente ao Presidente do CP:
  - 1.1. Convocar o Plenário e as eventuais Comissões, ouvido o Vice-Presidente e o Secretário;
  - 1.2. Presidir às reuniões do Plenário;
  - 1.3. Presidir às reuniões da Comissão Executiva;
  - 1.4. Declarar e verificar as vagas e proceder ao seu preenchimento.
  - 1.5. Representar interna e externamente o CP.

### **Artigo 8º**

(Funcionamento)

O Conselho Pedagógico funciona em Plenário, em Comissão Executiva e ou em Comissões Especializadas, respeitando-se sempre a regra da paridade entre Docentes e Estudantes.

### **Artigo 9º**

(Funcionamento do Plenário)

1. O plenário funciona com os membros efectivos do CP, estando ainda reservada a participação do Director, dos Directores de Curso, do Presidente da Associação de Estudantes e ou de outros elementos cuja participação seja relevante, sem direito a voto, conforme estabelecem os números 5 e 6 do artigo 2.
2. Sempre que um membro efectivo não possa comparecer à reunião do CP cabe-lhe assegurar a sua substituição pelo membro suplente do respectivo corpo, informando a Mesa desse facto antes da referida reunião. Nestas circunstâncias o referido membro suplente assumirá todas as funções do membro que está a substituir tendo inclusive direito a voto;
3. Sempre que haja uma falta ou impedimento de um membro efectivo, este é substituído pelo membro suplente, até ao final dos trabalhos, passando a ter direito a voto;
3. O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente pelo menos uma vez por semestre lectivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de um terço dos seus membros ou do Director.

### **Artigo 10º**

(Convocatórias)

1. As convocatórias para as reuniões do Plenário do Conselho Pedagógico far-se-ão sempre com uma antecedência mínima de quatro dias úteis sendo acompanhadas da respectiva ordem de

trabalhos bem como dos elementos que se mostrem necessários para garantir o bom funcionamento dos trabalhos;

2. As convocatórias para o Plenário serão sempre enviadas aos membros do CP previstos nos números um, cinco e seis do artigo 2 do presente regimento.

### **Artigo 11º**

(Suspensão das reuniões)

As reuniões do Plenário do CP podem ser suspensas pelo presidente para intervalo, para garantir o normal funcionamento dos trabalhos, por falta de quórum ou por ter sido ultrapassado o tempo disponível para a reunião o qual não deverá exceder as três horas consecutivas.

### **Artigo 12º**

(Quórum)

1. As deliberações do Plenário só serão válidas desde que esteja presente a maioria dos seus membros;
2. A inexistência de quórum não invalida a possibilidade de ser dado seguimento à discussão da ordem de trabalhos;
3. Sempre que, para proceder a votação, se verifique a inexistência de quórum o presidente suspenderá os trabalhos por um período não superior a quinze minutos a fim de tentar garantir o mesmo;
4. No caso da ordem de trabalhos não poder ser concluída por falta de quórum ou por ter sido ultrapassado o tempo disponível para a reunião, os trabalhos deverão ser retomados num prazo máximo de quatro dias úteis para conclusão da respectiva ordem de trabalhos.

### **Artigo 13º**

(Funcionamento da Comissão Executiva)

A Comissão Executiva é composta pelo Presidente do Conselho Pedagógico, pelo Vice-Presidente, pelo Secretário e por Estudante a designar pelo Presidente do Conselho Pedagógico entre os Membros eleitos.

### **Artigo 14º**

(Funcionamento das Comissões Especializadas)

1. As Comissões Especializadas são criadas pelo Plenário funcionando nos termos que venham a ser definidos a cada momento de acordo com os objectivos pretendidos;
2. A sua constituição obedecerá sempre ao princípio da paridade entre docentes e estudantes;
3. As Comissões poderão solicitar a colaboração de membros exteriores ao Conselho Pedagógico sempre que tal se mostre necessário;
4. Cada Comissão elegerá de entre os seus membros um coordenador.

### **Artigo 15º**

(Forma de votação)

As votações far-se-ão de braço no ar, sendo secreto sempre que estejam em causa pessoas.

### **Artigo 16º**

(Alterações ao regimento)

Quaisquer alterações ao regimento carecem de aprovação por dois terços dos membros do Conselho Pedagógico.

### **Artigo 17º**

(Omissões)

As dúvidas ou casos omissos serão decididas pelo Plenário.

### **Artigo 18º**

(Entrada em vigor)

O presente regimento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.